

AS BENESSES DESSE MUNDO: ASSOCIATIVISMO RELIGIOSO E INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA

Adrián Gurza Lavallo e Graziela Castello

RESUMO

O debate internacional sobre a nova pobreza tem atentado para o papel das dinâmicas societárias como fontes de inclusão social. A partir desse debate, o artigo analisa a dinâmica das práticas associativas e seus efeitos na inserção socioeconômica dos indivíduos. Com base em *survey* realizado na favela paulistana de Paraisópolis, mostra-se que participar em associações favorece sensivelmente a inserção socioeconômica dos moradores. Sustenta-se que, dentre as práticas associativas ali existentes, as religiosas constituem o canal mais eficaz para atenuar riscos de exclusão social oriundos do mundo do trabalho, e que a participação religiosa, sobretudo entre os evangélicos e para além das razões da fé, é mediada por investimentos cientes das benesses materiais assim auferíveis.

Palavras-chave: associativismo; religião; favela; pobreza; exclusão social.

SUMMARY

The international debate on new poverty has focused on the role of societal dynamics as sources of social inclusion. From this debate, the article analyses the dynamics of associative practices and their effects on individuals' socioeconomic insertion. Based upon a survey applied in São Paulo's shantytown ("favela") Paraisópolis, it shows that taking part in associations enhances significantly the socioeconomic insertion of its inhabitants. It argues that among the local associative practices, religious ones constitutes the most efficient means to alleviate social exclusion risks related to the sphere of labor, and that, beyond faith motivations, religious participation, mainly among Evangelicals, is mediated by conscious investments in its potential material benefits.

Keywords: consociation; religion; underclass; poverty; social exclusion.

Intensas transformações no mundo do trabalho estimularam nos últimos anos o debate político e intelectual acerca da emergência de novas formas de pobreza, cuja particularidade residiria na corrosão das formas de incorporação social via mercado de trabalho e políticas sociais de Estado, que se tornaram dinâmica dominante ao longo do século XX. Os enfoques teóricos, não raro alinhados conforme tradições nacionais de intervenção pública e de divisão dos limites entre Estado e mercado, têm elaborado diagnósticos diversos sobre as causas do — e eventuais respostas ao — alastramento dos efeitos deletérios da exclusão social ou da *underclass* (lumpenização), para dizê-lo com as formulações consagradas respectivamente nos debates francês (ou europeu continental em geral) e anglo-saxão.

Consensos e dissensos à parte, no horizonte de problemas e desafios analíticos iluminados por esse debate é possível reconhecer atenção renovada à relação entre sociabilidade e pobreza ou, com maior precisão, ao papel das dinâmicas societárias na definição das configurações assumidas pela nova pobreza. Curiosamente, expedientes de integração social ancorados na sociabilidade primária e em outros planos societários são marca distintiva do panorama da pobreza característico das sociedades latino-americanas, e no entanto têm merecido maior atenção analítica nos debates travados alhures. É claro que fora da órbita dos países centrais ou desenvolvidos a também chamada “nova questão social” adquire feições determinadas pela renitência da “velha questão social”, de proporções aviltantes a despeito ou em virtude das experiências de modernização econômica vividas nos países excêntricos ao longo do século XX. Entretanto, e aceitas as ressalvas cabíveis a respeito, atentar para as dinâmicas societárias na compreensão das configurações atuais da pobreza constitui operação pertinente precisamente porque em países como o Brasil houve e há presença maciça de mecanismos informais e societários de solidariedade como suporte às estratégias familiares e individuais de sobrevivência e mobilidade social.

Nos resultados de pesquisa e argumentos aqui apresentados confluem duas ordens de preocupações — inscritas no âmbito de um projeto maior, sintonizado com o campo de discussão acerca da questão social contemporânea e em especial com as crescentes dificuldades cognitivas e de intervenção pública a ela inerentes¹. A primeira consiste em avançar no desenvolvimento de conhecimentos microcontextuais sobre os processos de produção das diferentes configurações da pobreza, e a segunda visa incorporar as dinâmicas societárias como dimensão analítica relevante para a compreensão de tais processos. Contra esse pano de fundo, serão aqui analisados os efeitos das práticas associativas, fundamentalmente as de caráter religioso, na atenuação de tendências excludentes oriundas do mercado de trabalho. Trata-se de abordagem contextual, voltada para o estudo de uma comunidade de baixa renda da cidade de São Paulo, a favela Paraisópolis, caso que, como se verá, conjuga uma gama de atributos muito adequados para se avaliar o papel e alcance das dinâmicas societárias na proteção dos habitantes de uma determinada comunidade perante as ameaças de vulnerabilização da sua inserção socioeconômica.

O foco no associativismo religioso não obedece a recorte prévio; antes, representa exigência empírica decorrente do peso esmagador das práticas de consociação em atividades sociais de igrejas evangélicas e católicas. Mais: os resultados a serem expostos apontam de modo sistemático para a centralidade incontestada das igrejas e cultos como instâncias com capacidade de inclusão social, nas quais é possível veicular, procurar ou receber benefícios mundanos eficazes — imbricados, é claro, numa trama simbólica de recompensas e graças ultraterrenas. Com efeito, a percepção de melhorias na vida de quem cultiva laços com associações é sempre mais favorável para o associativismo de base religiosa, até mesmo quando se

(1) Trata-se do projeto “Desenvolvendo mecanismos de inclusão social na nova ordem metropolitana” (2003-04), conduzido no âmbito do Cebrap sob a coordenação de Alvaro Comin e patrocinado pela Fienep.

consideram benefícios de caráter apenas material. Conforme será mostrado, tal percepção encontra respaldo empírico surpreendente, pois no caso do associativismo de caráter religioso a participação aparece não apenas claramente associada à posse de emprego ou ocupação remunerada, como também se revela expediente promissor para conjurar o risco do desemprego de longa duração.

A fim de evitar mal-entendidos, é oportuno desde já advertir que não há aqui qualquer tentativa de reduzir a complexidade das dinâmicas societárias ao plano dos vínculos associativos — plano menos imediato e naturalizado e não raro mais rarefeito. O potencial de inclusão das redes de sociabilidade primária e das normas de reciprocidade em Paraisópolis, assim como do patrimônio da confiança recíproca ali existente, escapa aos limites deste artigo, embora tenha recebido tratamento na pesquisa, cujos resultados provêm de *survey* realizado naquela favela no segundo semestre de 2002, com 524 entrevistas efetivas².

Os argumentos e achados sumariados nestes parágrafos iniciais receberão exame pormenorizado nas páginas que se seguem. Serão analisados, primeiro, alguns aspectos do debate em torno da nova pobreza, inclusive a convergência sobre o papel das dinâmicas societárias e a proposta aqui utilizada para abordá-las; segundo, as características das práticas associativas em Paraisópolis em face da Região Metropolitana de São Paulo; terceiro, os padrões de propensão à participação de católicos e evangélicos, assim como dos moradores engajados em outros tipos de associações seculares; quarto, os efeitos de inclusão socioeconômica atribuíveis às diferentes práticas associativas. Conclui-se a análise com breves comentários acerca das implicações dos resultados apresentados.

Exclusão social e dinâmicas societárias

Em registros sabidamente discrepantes, os debates anglo-saxão e europeu continental debruçaram-se ao longo dos anos 1980 e 90 sobre a delicada divisão de responsabilidades entre o Estado, o indivíduo e o mercado como causa e solução perante a deterioração das condições de vida de parcelas consideráveis da população, quer culpabilizando as políticas de bem-estar do pós-guerra pela promoção da indolência na população atendida e advogando em prol de uma maior responsabilização dos indivíduos, como largamente postulado nas fileiras do pensamento conservador norte-americano, quer atentando para as características estruturais das dinâmicas econômicas dominantes, progressivamente desvencilhadas da geração de emprego, e apontando para a urgência de novos expedientes de intervenção do Estado, como se verificou na discussão republicana francesa³.

Se as razões da crise social e a prescrição do antídoto mais apropriado são sem dúvida controversas, os dissensos arrefecem quando consideradas

(2) Cf. Lavalle, Adrián G. “Dinâmicas societárias locais: faces da inclusão”. In: Comin, Alvaro (coord.). *Desenvolvendo mecanismos de inclusão social na nova ordem metropolitana*. São Paulo: Cebrap, 2004 (mimeo), pp. 252-320.

(3) Para caracterizações abrangentes da discussão anglo-saxã, orientada pela noção de *underclass*, e do debate francês ou europeu-continentar, em geral hegemônico pela categoria “exclusão social”, cf. Gans, Herbert. “Positive functions of the underserving poor: uses of the underclass in America”. *Politics & Society*, vol. 2, nº 33, 1994; Fassin, Didier. “Exclusion, underclass, marginalidad – figures contemporaines de la pauvreté urbaine in France, aux Etats-Unis et en Amérique Latine”. *Revue Française de Sociologie*, vol. XXXVII, 1996; Katz, Michael B. “The ‘underclass’ as a metaphor of social transformation”. In: idem (org.). *The ‘underclass’ debate – views from history*. Princeton: Princeton University Press, 1993; Silver, Hilary. “Exclusion sociale et solidarité sociale: trois paradigmes”. *Revue Internationale du Travail*, vol. 133, nº 5-6, 1994. Para uma comparação entre a literatura internacional e o debate sobre a pobreza no Brasil, cf. Kowarick, Lúcio. “Viver em risco – sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano”. *Novos Estudos*, nº 63, 2002; Recio, María Encarnación. *Repensando a questão social – trajetórias de algumas nações: Estados Unidos, França e Brasil*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 2004, pp. 11-26, 82-110; Oliveira, Luciano. “Os excluídos ‘existem?’ – notas sobre a elaboração de um novo conceito”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 33, 1997; Nascimento, Elmar P. “A exclusão social na França e no Brasil: situações (aparentemente) invertidas, resultados (quase) similares?”. In: Diniz, Eli, Lopes, José Sérgio e Prandi, Reginaldo (orgs.). *O Brasil no rastro da crise*. São Paulo: Hucitec, 1994.

suas conseqüências, sempre indesejáveis. Entretanto, os efeitos excludentes das transformações no mundo do trabalho, a despeito de aventados intensamente na literatura dos últimos anos, não são imediatos e sequer dependem apenas da vulnerabilidade dos indivíduos no mercado de trabalho; isto é, as tendências de exclusão/inclusão social próprias a uma determinada comunidade não são passíveis de compreensão cabal se reduzidas ao plano das dinâmicas econômicas e seus efeitos sobre os indivíduos. Primeiro, porque as virtualidades da inclusão social do mercado não operam de forma espontânea, mas no seio de marcos regulatórios específicos. Segundo, porque as tendências de exclusão desencadeadas pela desestruturação do mundo do trabalho ao longo dos “trinta anos gloriosos” do pós-guerra não ocorreram no vácuo; antes, foram moderadas ou agravadas pelos arcaísmos institucionais de proteção social preexistentes.

Assim, a transformação dos padrões de intervenção do Estado e, conseqüentemente, da abrangência e capilaridade das instituições de seguridade social constitui peça-chave para se entender as formas emergentes de pobreza em diversos contextos nacionais e subnacionais. Todavia, contextos semelhantes quanto às (im)possibilidades de acesso ao mercado de trabalho e aos serviços e benefícios públicos são compatíveis com configurações muito diferentes de pobreza quando mediados por dinâmicas societárias distintas. Afinal, tornou-se amplamente aceito nos últimos anos o fato de as tendências de exclusão/inclusão social estarem complexamente imbricadas em fontes de solidariedade ou integração social oriundas do âmbito familiar e da sociabilidade primária.

A relação entre a perpetuação de condições de miséria e as formas de sociabilidade predominantes em determinada comunidade adquiriu estatuto analítico pelo menos desde que Banfield esquadrinhou o “familismo amoroso” em Montegrano — uma pequena comunidade do Sul da Itália —, mas apenas recentemente a sociabilidade foi emancipada dos registros culturalistas e mereceu suficiente atenção no campo de debates sobre a pobreza como uma problemática a ser equacionada conceitual e empiricamente⁴. Não é de estranhar que tanto a noção de “desfiliação” quanto a de “*underclass*”, como exploradas respectivamente por Castel e Wilson⁵, representem esforços analíticos com interessante paralelismo quanto à ênfase heurística na dimensão societária e suas dinâmicas a desencadear, potencializar, modular ou reverter tendências de exclusão. É o caso, por exemplo, da parcela da população negra em processo de ascensão social nos guetos norte-americanos, cuja migração domiciliar leva consigo os repertórios de oportunidades acumulados em trajetórias individuais bem-sucedidas, ou da progressiva erosão dos vínculos sociofamiliares — comprometidos por perdas materiais e simbólicas —, que leva os indivíduos a uma “terra de ninguém”, desprovida de alicerces societários que os resguardem da instabilidade dos empregos e das ocupações⁶.

Malgrado a atenção suscitada pelo potencial de inclusão da esfera de sociabilidade, não foram despendidos esforços equivalentes na formalização conceitual dessa esfera. De fato, as dinâmicas societárias e a inserção

(4) Banfield, Edward. *The moral basis of a backward society*. Nova York: The Free Press, 1958, pp. 83-101. A sociabilidade deste claramente presente como idiosincrasia cultural das camadas pobres nos estudos sobre pobreza realizados nos Estados Unidos na década de 1960 por autores como Oscar Lewis (“La cultura de la pobreza”). In: Bassos, Mario e outros (orgs.). *Antologia de sociologia urbana*. México, DF: Universidad Nacional Autónoma de México, 1988) e Michael Harrington (sobre a abordagem desse autor, cf. Recio, op. cit., pp. 11-26). Também na caracterização influente de Banfield (op. cit.) uma sociabilidade centrada defensivamente na família é incapaz de gerar cooperação e soluções coletivas (“familismo amoroso”). Embora haja ampla controvérsia teórica acerca das fontes do capital social — como mostrado eloqüentemente pelas críticas de Sidney Tarrow à atribuição de uma origem medieval quase a-histórica por Putnam (“Making social science work across space and time: a critical reflection on Robert Putnam’s *Making democracy work?*”, *American Political Science Review*, vol. 90, nº 2, 1996; cf. Putnam, Robert. *Comunidade e democracia — a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002) —, configurações de sociabilidade são reconhecidas como determinantes para o favorecimento de algumas formas do capital social, como as regras de reciprocidade e os vínculos de confiança.

(5) Castel, Robert. *Le roman de la désaffiliation*. Paris, 1984 (mimeo); *Las metamorfosis de la cuestión social — una crónica del salariado*. Buenos Aires: Paidós, 1997, pp. 389-464; Wilson, William J. *The truly disadvantaged — the inner city, the underclass, and public policy*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987, pp. 3-19.

(6) Cf., respectivamente, Wilson, op. cit., pp. 20-62, 109-24; Castel, Robert. “De l’indifférence à l’exclusion — précarité du travail et vulnérabilité relationnelle”. In: Danzelot, Jacques (org.). *Face à l’exclusion*. Paris: Esprit, 1991, pp. 137-68.

sociofamiliar encontraram especificação analítica mais acurada no campo das teorias do capital social, onde há amplo consenso quanto às principais dimensões dessa categoria: repertórios de relações interpessoais em maior ou menor medida diretas e inscritas na esfera da sociabilidade primária e da família extensa; padrões de comportamento pautados em regras de reciprocidade e interações baseadas na confiança; práticas de consociação de interesses e participação em associações⁷. Distingue-se portanto uma ampla gama de relações sociais em graus diversos de densidade societária, que vão do privado ao público, do individual ao coletivo, do informal ao formal, e cuja cristalização representa uma verdadeira estrutura de oportunidades para os indivíduos nelas inseridos⁸.

Na presente análise será explorada apenas a dimensão mais formal, coletiva e pública das dinâmicas societárias, ou seja, os repertórios de práticas associativas como estrutura de oportunidades disponíveis em uma comunidade de baixa renda. Não cabe examinar aqui a centralidade da família extensa, das redes de conterrâneos, da vizinhança e de outros mecanismos societários de integração largamente presentes no Brasil e nas sociedades latino-americanas, mas cumpre atentar brevemente para os pressupostos conceituais mais gerais que sintonizam o escopo e os resultados desta pesquisa com o estado do debate em torno da questão social.

Nas sociedades modernas a problemática da integração social foi equacionada mediante combinações diversas de: *i*) expansão do mercado e vinculação pelo assalariamento, consumo e benefícios materiais e simbólicos vinculados à categoria trabalho (incorporação pelo mercado); *ii*) institucionalização de mecanismos tendencialmente universais de solidariedade social, impessoais ou abstratos e de caráter político, cristalizados em instâncias e políticas públicas de intervenção e regulação social (incorporação pelo direito); *iii*) permanência ou emergência e articulação de formas de solidariedade de natureza societária, alimentadas por redes primárias de sociabilidade e práticas de consociação de interesses com diversos graus de institucionalização e abrangência (incorporação pela integração societária).

No Brasil, como de resto na maior parte dos países da América Latina, os dois primeiros fatores se verificaram simultaneamente como processos históricos muito parciais de modernização e integração e como miragens ou projetos de modernidade. A modernização pelo mercado, cuja ordem social competitiva viria acompanhada da lógica dos vínculos contratuais e da incorporação de membros das camadas sociais baixas pelo mérito, não apenas foi insuficiente em extensão, mas também gerou imensos contingentes de pobres urbanos⁹. A universalização e a ampliação da substância da cidadania seguiram roteiro peculiar, também marcado por severas limitações ou, de modo mais preciso, pelo descompasso entre a existência do direito e a efetividade da lei. O desenvolvimento da cidadania começou aqui pelos direitos sociais, vinculados à legislação trabalhista e sob uma dinâmica de incorporação por prebendas e eminentemente urbana, prosseguiu com os direitos políticos e ainda enfrenta insuficiências gritantes no plano dos direitos civis¹⁰.

(7) Cf. Ostrom, Elinor e Ahn, Toh-Kyeong, "Una perspectiva del capital social desde las ciencias sociales: capital social y acción colectiva". *Revista Mexicana de Sociología*, nº 1, 2003; Putnam, Robert D. *Bowling alone – the collapse and revival of American community*. Nova York: Touchstone Rockefeller Center, 2000, pp. 15-30; *Comunidade e democracia...*, loc. cit., pp. 173-94.

(8) Cf. Katzman, Ruben e Filgueira, Carlos. *Marco conceptual sobre activos, vulnerabilidad y estructura de oportunidades*. Montevideo: Cepal, 1999 (mimeo).

(9) A esperança nos efeitos de inclusão derivados da dinâmica competitiva do mercado encontrou expressão ímpar no pensamento de Florestan Fernandes (cf. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Ática, 1978 [1964], vols. 1, pp. 15-97, e 2, pp. 116-332). Uma década depois, Vinicius Caldeira Brant e outros (*São Paulo – crescimento e pobreza, 1975*, São Paulo: Loyola, 1976) consignavam a percepção de que a modernização impulsionada pela indústria terá gerado não apenas inclusão, mas sobretudo novos problemas sociais e novas formas de pobreza urbana.

(10) O paradigma de referência provém, é claro, do modelo construído por Thomas Marshall em *Class, citizenship and social development* (Nova York: Anchor, 1965 [1949]), segundo o qual o desenvolvimento da cidadania moderna evoluiu dos direitos civis nos séculos XVII e XVIII para os direitos políticos nos séculos XIX e XX e chegou aos direitos sociais, fundamentalmente expandidos pelo crescimento da responsabilidade social do Estado. No Brasil, a inversão dessa trajetória foi assinalada por José Murilo Carvalho em *Desenvolvimento de la ciudadanía en Brasil* (México: Fondo de Cultura Económica, 1995), enquanto a caracterização mais robusta do processo histórico de construção da cidadania, como concessão do Estado e sob um sistema regulatório de caráter trabalhista, foi desenvolvida por Wanderley Guilherme dos Santos em *Cidadania e justiça – a política social na ordem brasileira* (Rio de Janeiro: Campus, 1979, pp. 13-36, 74-78), sistema esse, por sinal, que acabou por definir a edificação social de uma cidadania baseada antes no mérito do que no direito (cf. Fleury, Sônia. *Estado sem cidadãos – segregação social na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1994, pp. 129-96).

Contudo, é precisamente em sociedades caracterizadas por histórias de deficiências e precariedades no alcance desses dois meios de integração — agora agravadas pela retração do Estado e pela crise do emprego — que o componente das dinâmicas societárias, como mecanismo de compensação típico nas camadas populares, costuma ser mais desenvolvido. A família, a sociabilidade, as redes interpessoais e, em menor grau, a cristalização de figuras mais complexas de coordenação de ação no terreno societário — como a consociação de interesses e as práticas associativas — desempenham papel crucial na determinação das possibilidades de inserção socioeconômica dos indivíduos e das famílias, na medida em que atenuam os riscos e ampliam as chances em face das necessidades as mais variadas, constituindo diferença decisiva entre a inclusão e a exclusão.

A cidade e a favela: práticas associativas

Em tese, qualquer indivíduo está engastado em um tecido relacional que condensa sua biografia, tanto nos aspectos construídos a partir de decisões voluntárias quanto naqueles herdados, sem qualquer relação com escolhas ou méritos. A vida em cidades como São Paulo, caracterizadas por dimensões descomuns, intensa imigração e cosmopolitismo, costuma ser altamente impessoal e atomizada, apresentando portanto erosão da força vinculante de qualidades circunscritivas (linhagem, sexo, religião etc.) e das solidariedades identificáveis com as formas primárias do capital social (família extensa, normas de reciprocidade e confiança). Entretanto, micro-contextos urbanos definidos pela segregação espacial tendem a reforçar tais formas primárias, assim como práticas associativas vinculadas a contextos locais, mostrando-se particularmente sensíveis a mudanças nas configurações locais do capital social¹¹.

Paraisópolis, favela encravada no limiar dos distritos paulistanos Morumbi e Vila Andrade, representa um ambiente altamente favorável à propagação das diferentes dimensões do capital social, em virtude de uma combinação pouco usual de fatores. Primeiro, se comparada com outras favelas de São Paulo, Paraisópolis é caso destoante: a maior parte das favelas da cidade responde por populações inferiores a quinhentos habitantes e surgiu ao longo dos anos 1980; já o caso em estudo conta com mais de vinte mil moradores e seu assentamento inicial data dos anos 1950. A antiguidade e outros tantos fatores a serem arrolados a seguir fazem de Paraisópolis uma favela excepcionalmente consolidada no contexto metropolitano de São Paulo.

Segundo, o entorno é traço dois mais relevantes nessa comunidade, não apenas por seus efeitos na fixação e crescimento vertiginoso do primeiro assentamento irregular, mas também pela contínua renovação de oportunidades para os moradores. O insulamento da área ocupada, circunscrita pelas opulentas edificações da Vila Andrade (“Morumbi”), consti-

(11) Cf. Briggs, Xavier de S. *Ties that bind, bridge and constrain: social capital and segregation in the American metropolis*. Paper para o seminário internacional Segregation and the City, Cambridge, Lincoln Institute of Land Policy, 2001; Wilson, William J. *When work disappears: new implications for race and urban poverty in the global economy*. Londres: Center for Analysis of Social Exclusion, 1998 (mimeo).

tui exemplo emblemático de segregação urbana, mas o entorno também é fonte primordial de emprego para os moradores da favela, que desempenham majoritariamente funções de trabalho doméstico, quando mulheres, e de serviços residenciais como jardinagem ou segurança, quando homens. Isso sem esquecer numerosas iniciativas de ONGs e associações beneficentes a estimular, “de fora”, a criação de mecanismos de intermediação com organizações dos moradores para a administração de diversos serviços e benefícios.

Terceiro, o caráter de comunidade da favela em virtude tanto da imposição “natural” de “fronteiras”, limitando a expansão territorial e, portanto, a incorporação acelerada de novos contingentes de “desconhecidos”, quanto das extensas redes familiares responsáveis e nutridas pela migração — originária sobretudo de estados nordestinos. Por fim, não é menos importante o fato de se tratar de uma favela há muito tempo “pacificada” ou sem presença de tráfico, graças à existência de rede familiar ampla e hierárquica, cujo chefe desempenha, a um só tempo, funções de autoridade na intermediação de desavenças e de coerção e sanção para o restabelecimento da ordem¹².

Dessa forma, ainda que sob o acúmulo de fatores que incidem na pobreza, o potencial de solidariedade inerente às diversas dimensões do capital social pode ser atualizado de forma eficiente em Paraisópolis pela interação de uma série de circunstâncias como as descritas. Nesse sentido, a favela constitui um “microcosmo” à feição para se examinar em camadas de baixa renda os efeitos de inclusão social atribuíveis à participação em associações em face das tendências de exclusão oriundas do mercado de trabalho. Os resultados de pesquisa analisados a seguir permitem identificar de forma nítida os principais traços das práticas de consociação presentes na comunidade, bem como delinear um mapa das práticas associativas em relação a tendências já registradas para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)¹³. Trata-se de momento essencialmente descritivo, que antecede o estabelecimento de relações analíticas plausíveis entre o plano associativo das dinâmicas societárias e seus eventuais efeitos na vida da população quando refuncionalizado para lidar com problemas de inserção socioeconômica.

É possível resumir o perfil geral da participação em associações na RMSP na primeira metade dos anos 1990 mediante os seguintes pontos: *i*) para além ou aquém da profissão de fé, crescimento vertiginoso e esmagadora supremacia de práticas associativas vinculadas a igrejas em face de outras formas de consociação, notadamente partidos políticos e organizações pertencentes ao mundo do trabalho (sindicatos, organizações profissionais e patronais); *ii*) coincidência entre repertórios associativos mais diversificados e maiores níveis de renda e escolaridade, isto é, as associações político-econômicas têm maior peso nas camadas médias e abastadas e presença rarefeita nas camadas populares (nas quais predomina de forma quase exclusiva a associações de base religiosa); *iii*) as práticas de consociação na RMSP obedecem à tradicional regra firmada como evidência empí-

(12) Ver a esse respeito o artigo de Ronaldo de Almeida neste mesmo número de *Novos Estudos*.

(13) Salvo referência específica, as informações sobre associativismo na RMSP provêm de dados da Pesquisa Condições de Vida (PCV) de 1990 e 1994, da Fundação Seade, trabalhados em Lavalle, Adrián G. *Espaço e vida públicos: reflexões teó-*

rica pelo menos desde meados do século XX, qual seja, a correspondência entre concentração de vantagens socioeconômicas e maiores níveis de participação.

Em Paraisópolis, como na RMSP, as pessoas com vínculos associativos oscilam ao redor de um terço da população total, sendo privilegiadas, dentre as opções de participação, as atividades de igrejas, cultos ou grupos religiosos, nas quais se concentram mais de 70% dos laços com associações (*Tabela 1*). A proporção de participação em associações na comunidade (29,6%) é na verdade inferior à média da RMSP (35,1%), embora a diferença possa ser atribuída em parte à disparidade de renda média entre a favela e o contexto metropolitano, haja vista o comportamento normal da participação, sujeito às clivagens socioeconômicas e às condições de vida materiais na própria favela. De fato, as taxas de participação de Paraisópolis atingem patamares semelhantes àqueles correspondentes a contingentes populacionais em situações de carência semelhantes ou mesmo piores: em 1994, 27% dos indivíduos da RMSP com renda familiar *per capita* menor que 0,6 salário mínimo desenvolviam práticas associativas.

Tabela 1
Prática associativa, segundo tipo de entidade
RMSP e Paraisópolis
1990-94 e 2002

Universo	Em porcentagem						Total ¹
	Prática associativa, segundo tipo						
	Popular/ identitária	Político- econômica	De lazer	Religiosa			
			Total	Católicos	Evangélicos		
Paraisópolis	8,0	1,3	3,4	22,3	10,3	12,0	29,6
RMSP	2,8	3,2	8,6	25,2	11,5	13,7	35,1

Fonte: Lavalle, *Espaço e vida públicos...*, loc. cit.; “Dinâmicas societárias...”, loc. cit.

(1) Elimina a participação múltipla.

Também de forma consoante com o associativismo religioso na RMSP, em Paraisópolis esse tipo de participação se subdivide em proporções muito semelhantes entre *atividades sociais* de igrejas católicas e evangélicas¹⁴. Cumpre esclarecer que a população evangélica da favela é minoritária em relação à católica, de modo que esse peso relativo encobre participação proporcionalmente muito maior de evangélicos. Como explorado na próxima seção, isso tem implicações decisivas para a modelação das dinâmicas do associativismo na comunidade, regidas sobretudo pela profissão de fé dos evangélicos.

A crescente preponderância das igrejas nas práticas de consociação, assim como o comprometimento dos evangélicos, são traços mais gerais da RMSP; no entanto, os perfis de consociação em Paraisópolis e na RMSP

(14) A pergunta correspondente inquiriu se o entrevistado participa de “atividades sociais de igrejas, cultos ou grupos religiosos”. Foram propositalmente evitadas enunciações como “se o entrevistado tem religião”, “se participa da igreja” e outras semelhantes.

não apresentam apenas semelhanças. A *Tabela 1* permite apreciar duas diferenças cujas implicações são decisivas para a compreensão do padrão associativo característico da comunidade em estudo. Se se levar em consideração tanto o perfil socioeconômico da favela quanto o domínio esmagador das ocupações informais, o papel dos associativismos político-econômico e de lazer aparece sensivelmente minguado, isto é, escassa recreação coletiva nas horas livres e relevância nula das tradicionais instâncias políticas e econômicas de representação de interesses indicam a posição socioeconômica da favela no conjunto da cidade¹⁵. Outra diferença diz respeito ao fato de Paraisópolis apresentar participação mais avultada do que a média da RMSP em entidades populares e/ou identitárias, principalmente associações de bairro, mas também, embora em proporções ínfimas, movimentos sociais, associações comunitárias, organizações de minorias, ONGs e a miríade de atores coletivos considerados na literatura sob a rubrica “sociedade civil”. De fato, 27% das práticas de consociação acontecem nesse tipo de associações — práticas impulsionadas, sem dúvida, pela natureza irregular da ocupação do espaço urbano e da construção das moradias.

Em suma, definida por universo social muito homogêneo, Paraisópolis acirra algumas das características do associativismo da RMSP pela concentração de atributos claramente relacionados às camadas de baixa renda. Isso é particularmente notável no que diz respeito à centralidade incontestada da consociação de caráter religioso e à quase extinção dos vínculos com as clássicas entidades de representação de interesses próprias ao mundo do trabalho edificado na esteira da industrialização.

Religião, igrejas e práticas seculares

O passo seguinte da análise, que se abre em duas questões, consiste em determinar os fatores que animam alguém a participar do repertório de opções disponíveis na favela e, sobretudo, em estabelecer conexões entre determinadas práticas associativas e benefícios socioeconômicos ou, na melhor das hipóteses, inserções menos vulneráveis no mercado de trabalho. Nesta seção será desenvolvida a primeira dessas questões, ou seja, trata-se de identificar os fatores que alteram a *propensão às práticas associativas* entre os membros da comunidade.

Cumprido explicitar, embora de forma pontual, que a técnica utilizada (regressões logísticas) permite identificar quais fatores incidem nas chances de um habitante da favela participar quando comparado com outros não expostos à mesma constelação de fatores — grau de escolaridade, nível de renda, situação ocupacional e religião, mas também, gênero, cor, tipo de família etc. Os fatores são considerados variáveis independentes que alteram a probabilidade de um determinado evento acontecer; nesse caso, o exercício ou não da participação em diferentes entidades e associações civis

(15) A exigüidade dos vínculos com as entidades político-econômicas e, em menor medida, com as associações voltadas para o lazer aumenta além de patamar aceitável a margem de erro das informações sobre tais modalidades de participação, as quais, por isso, não serão contempladas na análise.

é considerado variável dependente¹⁶. Mediante a utilização dessa técnica estatística é possível então verificar quais variáveis alteram a propensão relativa a cultivar vínculos com associações. Trata-se de estimar a probabilidade de que a participação associativa esteja relacionada a grupos de variáveis independentes, controlando o efeito de cada variável sobre o resto; pode-se assim construir modelos empíricos de combinação de variáveis e definir qual deles tem maior capacidade de predição da vida associativa na favela. Não há espaço aqui para reportar com detalhe os resultados das regressões logísticas em cada passo da análise, mas é possível salientar os achados mais consistentes.

A religião: essa é a resposta única e contundente à pergunta “o que explica as práticas associativas em Paraisópolis ou quais fatores alteram positivamente a propensão à associação?” Qualquer outra combinação de fatores — mesmo se consideradas todas as variáveis testadas na análise¹⁷ — ou apresenta resultados com menor capacidade explicativa ou, no melhor dos casos, adiciona efeitos verdadeiramente marginais à propensão à consociação. O domínio esmagador da religião como estímulo à participação encerra nítida oposição entre católicos e evangélicos. Estes, somados, compõem 95% do total da população de Paraisópolis, enquanto os demais 5% correspondem a pessoas ligadas a outras religiões, cultos e filosofias ou sem religião. Portanto, utilizar a distinção “ter ou não religião” perde pertinência pela ausência de variação, e diferenciar evangélicos de não-evangélicos equivale na verdade a contrapor evangélicos e católicos, e vice-versa.

A variável religião, que opõe ambos os credos, incrementa em mais de seis vezes as chances de um morador da comunidade participar de alguma associação, e como fator isolado tem a mesma capacidade de prever a participação se agregada, nas regressões, ao conjunto das outras variáveis que também acusaram efeitos de propensão¹⁸. Em outras palavras, a propensão dos evangélicos a participar em relação aos católicos consegue sozinha explicar as práticas associativas em Paraisópolis. Os resultados indicam que a probabilidade de um católico participar é seis vezes menor que a de um evangélico. De fato, a taxa de participação dos evangélicos é sensivelmente superior à dos católicos: 65% contra 22%.

Como à centralidade da religião corresponde a forte preponderância do associativismo vinculado a atividades sociais das igrejas, esses resultados estão em boa medida presos em círculo tautológico; afinal, se as práticas associativas na favela estão centradas em iniciativas organizadas pelas igrejas ou seus fiéis, é lógico encontrar que a participação é sustentada pelas preferências ou opções religiosas e pela frequência a uma determinada igreja. Nesse sentido, a pergunta pertinente não mais gira em torno das diferenças entre quem cultiva ou não a consociação — diferenças explicáveis pela religião —, mas dirige-se sobretudo aos padrões de associativismo característicos de católicos e evangélicos e, de maneira secundária, aos eventuais padrões próprios às pessoas que participam em associações seculares.

(16) Para resultados instigantes do uso dessa técnica na análise historiográfica das condicionantes do *boom* associativo posterior à guerra civil norte-americana, cf. Crowley, Jocely e Skocpol, Theda. “The rush to organize: explaining associational formation in the United States, 1860s-1920s”. *American Journal of Political Science*, vol. 45, nº 4, 2001, pp. 813-29.

(17) Salvo informações explícitas em outro sentido, todos os modelos contemplaram as seguintes variáveis: faixa etária, tempo de moradia em Paraisópolis, condição de migrante, anos de estudo, condição de trabalho atual, sexo, número de moradores do domicílio, número de parentes que moram em Paraisópolis (exceto os residentes no mesmo domicílio), cor, estado civil e tipologia de família.

(18) A religião responde por 42% de predições corretas, com significância a 5%.

(19) O universo considerado sofreu recorte a fim de se explorar uma dimensão analítica que não diz respeito à amostra como um todo (associativismo secular *versus* associativismo religioso), sendo desconsiderados nas regressões os entrevistados não vinculados a associações. O procedimento de recorte, por sinal, será de valia nos passos seguintes para especificar padrões de consociação entre católicos e evangélicos.

(20) Cf. Almond, Gabriel e Verba, Sidney. *The civic culture – an analytic study: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little, Brown and Company, 1965, 244-45; Verba, Sidney, Scholozman, Kay L. e Brady, Henry E. *Voice and equality – civic voluntarism in America*. Cambridge: Harvard University Press, 1995, 37-162; Lipset, Seymour M. *O homem político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, pp. 55-67, 112-35.

(21) Cf., por exemplo, Carneiro, Leandro P. “Cultura cívica e participação política entre evangélicos”. In: Fernandes, Rubem César e outros. *Novo nascimento – os evangélicos em casa, na igreja e na política*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, pp. 181-210; Coradini, Odaci Luiz. *Em nome de quem – recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, pp. 121-51.

(22) Os asteriscos junto às cifras exprimem a significação estatística: a 5% quando há dois asteriscos e a 10% quando há um. Cifras ou campos sem asterisco não possuem significância.

Cabe prestar atenção momentânea à segunda pergunta, quanto aos fatores que alteram a propensão à consociação em entidades seculares em face da participação em atividades sociais de igrejas e cultos¹⁹. A participação em entidades seculares, concentrada quase que totalmente em associações de bairro, acusa semelhanças com os padrões tradicionais do “comportamento cívico” — para dizê-lo nos termos das referências canônicas nessa área —, fortemente guiado pela lógica excludente das clivagens socioeconômicas²⁰. Nesse caso, tendem a participar mais homens em relação às mulheres, mais adultos em relação aos jovens, indivíduos mais escolarizados em relação àqueles com menos anos de estudo e moradores de domicílios com renda mais elevada em relação àqueles mais pobres. Em outras palavras, e de modo consoante com as usuais descrições do comportamento cívico, membros mais desfavorecidos dessa comunidade encontram-se proporcionalmente mais afastados das associações de bairro, com uma diferença importante: a propensão à participação em tais entidades também é sensivelmente menor nas camadas relativamente mais bem aquinhoadas de Paraisópolis. Não parece descabido afirmar que, enquanto os primeiros se encontram afastados das associações de bairro a despeito de suas carências, para os segundos resultam desprezíveis os benefícios eventualmente auferíveis pelo engajamento nesse tipo de entidade.

Como já salientado, a participação em atividades sociais das igrejas não é animada por padrão único, dadas as conhecidas diferenças entre a religiosidade católica tradicional (não-carismática) e as novas denominações evangélicas (não-históricas). Objetiva-se agora iluminar os padrões específicos da propensão à consociação nesses universos religiosos, averiguando, entre católicos e entre evangélicos, os elementos que diferenciam aqueles que professam a fé e aqueles que, além de professá-la, se envolvem nas atividades sociais organizadas pela sua igreja. A fim de explorar distinções capazes de mostrar divergências e convergências entre as práticas associativas animadas por ambas as preferências religiosas, realizou-se um recorte da população, doravante dividida em dois conjuntos mutuamente excludentes: católicos e evangélicos. Sabe-se que entre os evangélicos os contextos denominacionais sustentam visões distintas em relação às questões cívicas e exercem influências significativamente diferenciadas quanto aos comportamentos cívicos dos seus fiéis²¹. Na favela, as denominações majoritárias são a Igreja Universal do Reino de Deus, Assembléia de Deus e Deus é Amor, mas o tipo de análise estatística aqui desenvolvido não permite trabalhar nesse nível de desagregação. Já na população católica de Paraisópolis apenas 3% pertencem à Renovação Carismática — ou seja, o catolicismo tradicional constitui franca maioria.

A *Tabela 2* apresenta um resumo dos resultados para os dois subconjuntos em exame. Valores superiores a 1 indicam propensão positiva, e inferiores, propensões menores ou negativas em relação a uma variável de referência ou *dummy* (assinalada com dois asteriscos nos campos sem resultado)²². No caso dos evangélicos, a combinação das variáveis contempladas consegue classificar corretamente 83% dos casos de participação

observados na população que professa essa religião, de modo que se trata de combinação de variáveis com forte capacidade preditiva. Os evangélicos tendem a participar mais de associações quando mais jovens, quando moram há mais tempo na comunidade, quando pardos e brancos (em relação a negros) e empregados (em relação a desempregados). Cabe lembrar que os efeitos de um conjunto maior de variáveis socioeconômicas e sociodemográficas estão sob controle nos resultados apresentados²³.

(23) Ver nota 17.

Tabela 2

Índices das variáveis de propensão à prática associativa religiosa, segundo religião Paraisópolis 2002

Variáveis	Modelos de análise	
	Evangélicos	Católicos
Faixa etária		
20 a 29 anos	0,44**	2,96**
30 a 39 anos	0,47**	1,34**
Mais de 40 anos (<i>dummy</i>)	**	**
Tempo de moradia em Paraisópolis		
Até 3 anos (<i>dummy</i>)	**	
De 3 a 10 anos	17,49**	1,06
Mais de 10 anos	6,75**	1,06
Condição de migrante		
Sim/não	0,25**	2,49**
Renda domiciliar mensal		
Até R\$ 199 (<i>dummy</i>)	**	**
De R\$ 200 a R\$ 600	0,03**	3,14**
De R\$ 601 a R\$ 1.400	0,07**	3,11**
Maior que R\$ 1.400	0,16**	7,57**
Anos de estudo		
Nenhum/nunca estudou (<i>dummy</i>)	**	**
1 a 3 anos	2,04**	0,73**
4 a 7 anos	1,78**	2,03**
8 anos ou mais	2,51**	2,77**
Condição de trabalho atual		
Sim/não	3,95**	1,00
Predições corretas (em %)		
Sim	83,21	6,25
Não	64,76	97,54

Fonte: Lavallo, Dinâmicas societárias..., loc. cit.

Interpretação mais acurada dos efeitos positivos dos fatores acima arrolados nas práticas associativas dos evangélicos torna-se possível mediante comparação com o universo dos católicos. São cinco os fatores associados à participação nesse universo: número de moradores do domicílio, família extensa em Paraisópolis, condição de migração do entrevistado, renda e

escolaridade. Contudo, em contraste gritante com os evangélicos, não há qualquer combinação de variáveis capaz de classificar corretamente mais de 6% dos casos de participação observados na amostra; antes, é consideravelmente mais provável predizer a não-participação entre os católicos. Isso apenas confirma, embora por vias novas, que a maioria dos católicos não exerce qualquer tipo de práticas associativas (78%), enquanto a população evangélica sem laços de participação é minoritária (35%).

Malgrado as cifras pouco estimulantes sobre o desempenho dos fatores que alteram positivamente a propensão à participação entre os católicos, é possível apontar padrões nitidamente diferenciados entre os praticantes de ambas as religiões. Primeiro, o tempo de moradia na comunidade não mostra qualquer efeito sobre a participação entre católicos, enquanto acusa efeitos consistentes entre evangélicos, pois aqueles ali arraigados há mais de três anos apresentam oito vezes mais chances de se envolver em atividades sociais da sua igreja do que correligionários com menos de três anos de residência na favela. Hipótese plausível para explicar esse contraste entre os membros de ambas as religiões é que, entre evangélicos, a adesão religiosa segue um processo de intensificação praticante (sem paralelo nas rotinas costumeiras do catolicismo tradicional) que promove a “absorção social” de adventícios ou recém-chegados nas redes ou comunidades evangélicas — comunidades decerto mais herméticas e operantes do que a da grei universal, abstrata e pouco coesa da Igreja Católica.

Segundo, o bem-estar econômico influi nas práticas associativas de modo diametralmente oposto entre católicos e evangélicos: dentre os primeiros, são os membros de famílias relativamente mais abastadas que propendem a participar, apresentando cinco vezes mais chances que os das famílias mais pobres; já a propensão à participação entre os evangélicos é mais elevada para aqueles que ocupam as piores posições de renda, a ponto de qualquer outro estrato de renda superior apresentar no mínimo 84% menos chances de exercer práticas associativas. Terceiro, a definição de cor dos católicos incide de maneira muito limitada nos seus vínculos com associações, particularmente se consideradas as cifras dos evangélicos, segundo as quais ser pardo e branco — nessa ordem, e sempre em relação aos negros — incrementa extraordinariamente a probabilidade de um praticante dessa religião cultivar o exercício de atividades sociais de base religiosa.

Quarto, entre os evangélicos há relação consistente entre possuir emprego ou estar trabalhando atualmente e o engajamento em atividades sociais da igreja. Não é assim para os católicos, que, além da ausência de significação estatística, não apresentaram qualquer correlação entre ambas as variáveis (1,00). Esse achado sugere, conforme será mostrado adiante, a existência de relações efetivas entre práticas associativas e efeitos de inclusão social. Quinto, a condição de migração também age de forma oposta entre os fiéis de cada religião: o fato de ser migrante estimula a participação entre católicos e a desestimula entre evangélicos.

Em suma, a consociação entre evangélicos define um padrão que privilegia uma combinação de atributos: moradores pobres, jovens, arraigados na comunidade há mais de três anos, empregados ou ocupados, com maior escolaridade, oriundos de São Paulo ou não-migrantes e pardos ou brancos. Já para a participação dos adeptos da Igreja Católica é menos confiável esboçar um padrão de contornos tão nítidos, mas nesse caso a religião é comparativamente bem menos relevante, em boa medida porque o perfil social da grei católica é inespecífico. De fato, a existência de forte relação entre maior renda e participação entre os católicos reproduz o comportamento mais geral do associativismo secular ou cívico, sendo que apenas no caso da migração surge um componente especificamente local. Por fim, há feições mais gerais do associativismo de caráter religioso comuns aos devotos ativos de ambas as religiões e, por sinal, distintas de alguns dos traços característicos do associativismo secular. A consociação de base religiosa tende a ser mais comum entre os adultos e as pessoas de alta escolaridade.

Associativismo, inclusão socioeconômica e investimentos

Uma das qualidades do padrão de consociação característico dos evangélicos permite transitar do plano dos fatores responsáveis pela propensão a participar para o plano da inclusão social e dos eventuais benefícios de estabilização socioeconômica decorrentes do envolvimento nas atividades sociais de uma igreja. Trata-se da correlação entre emprego e vínculos associativos com igrejas evangélicas, a qual foi confirmada mediante novo recorte do universo estudado: empregados opostos a desempregados, excluindo a população inativa. Os papéis desempenhados pela filiação religiosa na propensão à participação no interior dos universos de empregados e desempregados permitem esclarecer a correlação encontrada. *Grosso modo*, enquanto o fato de ser evangélico — sempre em relação aos católicos — mostrou-se incapaz de formular uma única predição correta quanto àqueles que efetivamente participam dentre os desempregados, fenômeno inverso ocorreu no caso dos empregados, para os quais o fato de ser evangélico incrementa em sete vezes as chances de participar em associações. Assim, a participação entre evangélicos não está apenas correlacionada com a inserção do indivíduo no mercado de trabalho e, particularmente, com o fato de ele estar empregado, mas também, dentre os empregados, são os evangélicos aqueles que mais propendem ao exercício de práticas associativas.

A relação entre religião e emprego parece apontar para as igrejas evangélicas como opção associativa que, em face dos diferentes ângulos da precariedade socioeconômica característicos da favela e sobretudo em face da instabilidade ocupacional própria ao mercado informal, enriquece as opções das estratégias de sobrevivência dos indivíduos e famílias nelas

congregados. A plausibilidade de tal argumento depende tanto da confirmação do tipo de conexão já detectado quanto da possibilidade de mostrar que, do ponto de vista dos moradores de Paraisópolis, há investimentos cientes dos eventuais retornos propiciados por determinadas opções associativas. Nesta seção receberão tratamento ambas as questões.

Para verificar a eventual existência de efeitos de integração social atribuíveis a práticas associativas, pelo menos em intensidade suficiente para torná-los aferíveis mediante os recursos metodológicos aqui utilizados, foram definidas quatro variáveis sintéticas altamente sensíveis quanto à inserção do indivíduo no mercado de trabalho: *i)* o “tempo de procura da ocupação atual” indica, para a população ocupada na favela quando da aplicação do questionário, quem demorou até um mês na busca dessa ocupação e quem levou mais tempo; *ii)* a “média de tempo de permanência por ocupação” indica os históricos de ocupação com médias superiores a três anos por evento, em relação aos moradores cujos históricos apresentaram médias inferiores; *iii)* o “tempo como ocupado em relação ao tempo de vida ativa” indica os indivíduos que exerceram suas capacidades de trabalho durante mais de 90% de sua vida ativa, diferenciando-os daqueles que, por diversos motivos e mesmo permanecendo na população economicamente ativa, estiveram ocupados durante menos tempo; *iv)* a “média de tempo de permanência por desocupação” exprime fenômeno inverso ao da variável anterior, isto é, diferencia, considerando a média dos períodos de desemprego, habitantes que permaneceram em média até nove meses desocupados por evento daqueles que padeceram períodos de desocupação mais longos.

Para as quatro variáveis assume-se que o primeiro conjunto de moradores — aqueles com menor tempo de procura do emprego atual, com maior tempo de vida economicamente ativa etc. — tem desfrutado de uma inserção socioeconômica mais favorável no período examinado. Cumpre notar que, a despeito de se tratar de variáveis dicotômicas, as três últimas são sensíveis no plano diacrônico, pois sintetizam informações econômicas longitudinais dos indivíduos para o período 1995-2002. Nesse sentido, seus resultados podem ser reputados como mais significativos que aqueles correspondentes à primeira variável. Mais: o tempo médio de permanência por ocupação obedece a um conjunto de fatores que dizem respeito ao tipo de posto ou ocupação e às oscilações econômicas do respectivo ramo, de modo que é uma variável em princípio menos sensível aos efeitos das dinâmicas societárias. Não ocorre assim com o tempo de vida economicamente ativa em que os indivíduos estiveram ocupados, e ainda menos com a duração dos eventos de desemprego dos moradores da favela. Também nesse caso foi introduzido um conjunto básico de variáveis de controle: renda, escolaridade, raça e idade. Por motivos de restrição de espaço, contudo, seus resultados não aparecem reportados na tabela a ser examinada a seguir.

A *Tabela 3* permite focar a atenção nos eventuais efeitos de inclusão propiciados pelo exercício de práticas associativas seculares e religiosas.

Os resultados mostram que os moradores de Paraisópolis envolvidos em práticas associativas seculares — avaliados em relação àqueles sem qualquer vínculo com associações — são beneficiados por efeitos marginais positivos, pois têm 25% mais chances de terem demorado menos tempo na procura do emprego atual, 24% mais chances de permanecerem mais de três anos na mesma ocupação e 16% mais chances de diminuir os riscos do desemprego de longa duração. Já a consociação nas atividades sociais organizadas por igrejas — avaliada em relação aos demais moradores da favela, inclusive aqueles inseridos em associações seculares — traz efeitos marginais no aumento da proporção dos períodos de ocupação ao longo da vida ativa de uma pessoa (29% para católicos e 18% para evangélicos), mas essas instituições revelam-se canais efetivos para diminuição do tempo de permanência de desemprego dos seus fiéis (175% e 74%, respectivamente). Os efeitos positivos da consociação de caráter religioso ocorrem precisamente nas variáveis consideradas mais sensíveis. Embora no caso das duas primeiras variáveis de integração socioeconômica os valores não apresentem significância quer para os evangélicos, quer para os católicos, o tempo de procura da ocupação atual tende a ser menor entre os primeiros, enquanto a média do tempo de permanência por ocupação tende a ser maior entre os últimos.

Tabela 3
Índices do efeito de inserção socioeconômica das práticas associativas seculares e religiosas¹
Paraisópolis
2002

Práticas associativas	Tempo de procura do emprego atual	Tempo médio de permanência por ocupação	Tempo empregado/tempo de vida ativa	Tempo médio de permanência por desocupação	
<i>Seculares</i>					
Sim/não		1,25**	1,24**	1,00	1,16*
<i>Religiosas</i>					
Evangélicas		1,21**	0,94	1,18**	1,74**
Católicas		0,93	1,25**	1,29**	2,75**
Não exerce práticas associativas religiosas (<i>dummy</i>)		**	**	**	**

Fonte: Lavalle, Dinâmicas societárias..”, loc. cit.

(1) Os modelos das práticas associativas seculares e religiosas são independentes entre si: o primeiro avalia os moradores em relação àqueles sem qualquer vínculo com associações, e o segundo em relação aos demais moradores, inclusive aqueles inseridos em associações seculares.

Em suma, se o cultivo do engajamento em entidades civis e de base religiosa traz benefícios marginais positivos para os moradores de Paraisópolis

polis quanto à sua inserção no mercado de trabalho, a opção de participar das atividades sociais de igrejas não é nada desprezível como opção estratégica para aqueles sobre os quais paira a ameaça de desemprego, em especial os que se encontram efetivamente desempregados.

Uma vez confirmada a conexão entre práticas associativas e inclusão socioeconômica — conexão mais intensa no caso da consociação de base religiosa —, cabe verificar se há na população investimentos cientes dos eventuais retornos proporcionados por determinadas opções associativas. Essa tarefa implica superar dois obstáculos: o de identificar a simples existência de vínculos com um correspondente investimento de energias entre as estratégias de sobrevivência mobilizadas e o de evitar a identificação dos benefícios buscados e mesmo auferidos pelos participantes com os discursos institucionais acerca das benfeitorias realizadas. O primeiro obstáculo, é claro, reenvia ao universo das qualidades das práticas associativas — sobre o qual, aliás, sabe-se pouco. Já o segundo remete ao plano das motivações e, particularmente, da percepção dos benefícios recebidos ou potencialmente oferecidos por determinada associação. Equacionar o segundo obstáculo torna-se especialmente relevante no caso das igrejas, cujo crescente protagonismo na vida associativa das camadas de baixa renda não parece atribuível apenas às razões da fé.

Como seria de esperar, ao se trazer à tona as qualidades da participação enquanto aproximação do investimento sobressaem as práticas associativas de base religiosa — em parte pelas características intrínsecas das próprias religiões, mas não só. Malgrado não haver informações disponíveis sobre a rotatividade das práticas associativas na RMSP, os resultados em Paraisópolis reforçam a idéia intuitiva de se tratar de laços de curta duração. Na verdade, tais resultados indicam a presença predominante de dois tipos de durabilidade: um, longo, próprio a associações de maior densidade simbólica e presumivelmente de maior efetividade na geração e/ou distribuição de benefícios de diversa sorte (por exemplo, materiais, afetivos e cívicos); outro, curto, característico de entidades voltadas a urgências materiais e no entanto com menor capacidade de individualizar benefícios.

As atividades sociais realizadas por cultos e igrejas representam bem o primeiro tipo: mais de 45% dos seus participantes mantêm essas práticas há mais de dez anos, proporção que aumenta para 62% se o período de antiguidade for reduzido a cinco anos. Por sua vez, as associações de bairro constituem exemplo destacado do segundo tipo e apresentam proporções inversas, pois 62% dos indivíduos que as freqüentam o fazem há menos de dois anos. Quando considerada a freqüência dessas práticas, as atividades sociais de base religiosa, diferentes da assiduidade ao culto, reúnem mais de 50% dos seus membros semanalmente, ao passo que o envolvimento em associações de bairro revela constância mensal, se não esporádica. Cabe notar que a assiduidade é maior entre evangélicos.

Sem dúvida, a maior antiguidade do associativismo de base religiosa e sobretudo a maior freqüência da participação em atividades entre

evangélicos expressam não um conjunto de práticas pouco exigentes ou custosas e com promessas de benefícios desproporcionais, porque extraterrenos, mas laços cujo cultivo e preservação impõe investimentos e requer comprometimentos existenciais. Contudo, não parece pertinente conferir imediatamente a esses indícios o estatuto de investimentos individuais ou familiares, pois não são elementos que revelem os eventuais benefícios do ponto de vista daqueles que cultivam relações com entidades religiosas. A fim de contornar essa dificuldade foi desenhado um índice de percepção de melhorias decorrentes da participação, que, obviamente, nada diz a respeito da aferição de benefícios reais (já abordados). Do ponto de vista de quem participa, não menos óbvio é o fato de o seu envolvimento em práticas associativas responder, entre outros elementos, à percepção dos benefícios associados a essas práticas, e não a qualquer mensuração objetiva de benesses. No limite, é claro, percepções não independem de qualquer correlato empírico, mas a conexão entre ambos, novamente, constitui uma questão analítica passível de elucidação empírica, tal como realizado nesse caso.

Como mostra a *Tabela 4*, embora quase 65% dos moradores de Paraisópolis repute melhorias na sua vida à participação em associações, nem todos os tipos de entidades recebem avaliações iguais. Particular destaque merecem as atividades sociais organizadas, precisamente, por igrejas evangélicas, pois nada menos que 90% dos moradores nelas engajados acreditam ter experimentado alguma melhoria em suas vidas. O resultado é notável mesmo se comparado com os progressos atribuídos à inserção em atividades das igrejas católicas (60%), para não mencionar as estimativas menos favoráveis dos participantes em associações de bairro (43%).

Tabela 4

Distribuição das percepções de melhorias atribuídas à prática associativa, segundo tipo de entidade
Paraisópolis
2002

Percepção de melhorias	Prática associativa, segundo tipo				Total ¹
	Popular/identitária	Religiosa			
		Total	Católicos	Evangélicos	
Melhorou	43,1	76,4	60,2	90,3	64,6
Ficou igual	54,5	23,6	39,8	9,7	17,2
Piorou	2,4	0,0	0,0	0,0	18,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Lavallo, *Dinâmicas societárias...*, loc. cit.

(1) Elimina a participação múltipla, mas inclui as associações de caráter político-econômico e as de lazer.

Ainda é possível avançar mais um passo, qualificando o tipo específico de benefício percebido por aqueles que participam. A partir de uma

bateria de perguntas indiretas, respondidas apenas pelos entrevistados que declararam ter ocorrido alguma melhoria, especificaram-se os conteúdos gerais dessas melhorias segundo a lógica de três tipos de benefícios: *afetivos*, vinculados à sociabilidade primária (família, amigos); *cívicos*, baseados em princípios abstratos de solidariedade ou em imaginação simbólica²⁴ (o próximo, a comunidade, os direitos, o país); e *materiais*, no plano da satisfação de carências socioeconômicas (infra-estrutura no entorno, saúde e educação, recursos financeiros). O índice admite oscilações, para cada benefício, entre um valor máximo igual a 6 pontos e um mínimo próximo de zero (*Tabela 5*).

(24) Imaginação simbólica no sentido atribuído por Richard Sennett (*O declínio do homem público*. Barcelona: Península, 1978, pp. 41-60, 115-36) para conceituar o papel psicossocial da “geografia pública” (espaço público).

Tabela 5
Índices de percepção de benefícios atribuídos à prática associativa,
segundo tipos de benefícios e de entidades

Paraisópolis

2002

Tipos de benefícios	Prática associativa, segundo tipo					
	Popular/ identitária	Político- econômica ¹	De lazer ¹	Religiosa		
				Total	Católicos	Evangélicos
Materiais	2,7	4,4	3,9	4,1	3,9	4,2
Cívicos	5,2	6,0	4,2	4,8	5,6	4,9
Afetivos	4,3	6,0	5,5	5,7	5,2	5,9

Fonte: Lavalle, “Dinâmicas societárias...”, loc. cit.

(1) Valores sujeitos a erros amostrais altos.

Causa espanto o baixo desempenho das associações de bairro de Paraisópolis precisamente no plano dos benefícios materiais, onde costumam justificar sua existência. Aparentemente, essas entidades são ali mais efetivas em fomentar o comprometimento cívico, pois mesmo no âmbito afetivo receberam a menor pontuação. No outro extremo, e exatamente por motivos opostos, cabe atentar para os resultados das práticas associativas de base religiosa: não é de estranhar que sua melhor avaliação recaia nos benefícios afetivos, mas o índice da percepção de suas benfeitorias materiais é quase duas vezes melhor que o das associações de bairro e quase atinge o patamar de instituições como sindicatos e partidos políticos, historicamente construídas para representar interesses materiais e processar conflitos distributivos. Embora os dados do associativismo de caráter político-econômico sejam apenas indicativos, contribuem para mostrar o quanto as igrejas, particularmente as evangélicas, ganham peso nos repertórios de opções associativas para atender e quiçá representar interesses “mundanos”. Confirma-se também o quadro aqui amplamente documentado acerca das diferenças entre o trabalho das igrejas Católica e Evangélica, a primeira menos propensa a mobilizar afetos e gerar benefícios materiais e portadora de discursos mais abstratos — cada dia menos efetivos, ao que parece, para preservar ou arregimentar fiéis.

À guisa de conclusão

A percepção dos habitantes de Paraisópolis quanto aos benefícios materiais derivados do exercício de práticas associativas religiosas encontra correlato empírico nos efeitos de inclusão socioeconômica revelados pelos resultados aqui apresentados. A conexão entre essas práticas e a inserção dos moradores no mercado de trabalho sustenta-se mesmo quando controladas variáveis socioeconômicas decisivas, evidenciando expedientes de inclusão que, com efeitos por vezes consideráveis, vão além de uma ilusão racionalizadora das opções pessoais da profissão de fé, bem como de uma crença ingênua nos discursos institucionais das respectivas igrejas. A reconstrução das estratégias familiares ou individuais correspondentes por certo demandaria subsídios etnográficos; contudo, demonstrados os efeitos de inclusão e a percepção da população quanto à efetividade das igrejas como instâncias onde também é possível auferir benefícios materiais, parece plausível assumir que optar pelo exercício de práticas associativas — em especial aquelas de base religiosa — constitui opção real de tais estratégias.

Nesse sentido, é promissor o horizonte de pesquisa delineado pelo debate contemporâneo sobre a nova questão social, mais especificamente no que diz respeito ao papel das dinâmicas societárias como fator atenuante ou agravante das tendências de exclusão oriundas do mercado de trabalho. A cabal compreensão dos efeitos ou tendências de exclusão na produção da pobreza no plano macrocontextual exige inovação conceitual capaz de pluralizar o fenômeno. Mais precisamente, as diferentes configurações da pobreza somente serão satisfatoriamente compreendidas se forem detectados e incorporados à análise os fatores microcontextuais que atuam como mediação na especificação do impacto das tendências macroeconômicas. Isso traz conseqüências relevantes não apenas no plano cognitivo ou heurístico, mas também no terreno da intervenção pública, cujas políticas sociais não raro oscilam entre a focalização inócua e programas universalizantes de baixa aderência à realidade.

Conforme sugerido pelos resultados aqui examinados, mudanças negativas na inserção no mercado de trabalho podem levar à atualização ou à criação de laços com associações. De forma semelhante, a existência e a preservação de vínculos prévios, fundamentalmente com associações de base religiosa, conferem aos moradores de Paraisópolis melhores condições de reação ante a eventualidade da desocupação. A contrapartida de uma combinação virtuosa entre inserções ocupacionais e associativas como a descrita seria a tradução brusca ou imediata de perdas no mercado de trabalho para perdas nas condições de vida dessa pessoa. Nessa perspectiva, processos de exclusão teriam lugar de modo mais acentuado quando “falhas” nos mecanismos de incorporação econômica não forem atenuadas pela presença de canais de integração societária como aqueles gerados colateralmente pelo exercício de práticas associativas.

Decerto, o papel de inclusão social das igrejas reclama atenção para além dos propósitos deste artigo. Há indícios suficientes para assumir a inconveniência de se equacionar o crescente protagonismo das igrejas apenas dentro de um universo de motivações circunscrito aos benefícios simbólicos e psicológicos da fé e da conversão. Na verdade, por trás do *boom* dessa espécie de “civismo transcendente” as igrejas parecem emergir como agentes de intermediação capazes de propiciar benefícios materiais de caráter público e privado para seus fiéis, particularmente aqueles engajados nas atividades sociais realizadas fora do culto. Nas igrejas há longa tradição de benefícios materiais de caráter privado — caridade, filantropia, benemerência, acesso aos recursos de determinadas redes sociais —, mas elas também participam da administração de recursos vinculados à gestão local de políticas públicas e, no caso evangélico, dos processos de intermediação de interesses nas instituições tradicionais do sistema político. Se a dimensão simbólica do sagrado e do transcendente é a nota distintiva dessas instituições, parece evidente a preservação e ampliação de papéis funcionais, cujas implicações merecem atenção e prudência do ponto de vista de uma reflexão preocupada com a política e com a democracia.

Recebido para publicação em
20 de março de 2004.

Adrián Gurza Lavalle é professor
do Departamento de Política da
PUC-SP e pesquisador do Cebrap.
Publicou nesta revista “Sem pena
nem glória: o debate sobre a socie-
dade civil nos anos 1990” (n.º 66).
Graziela Castello é bacharel em
Ciências Sociais pela PUC-SP e as-
sistente de pesquisa do Cebrap.

Novos Estudos
CEBRAP
N.º 68, março 2004
pp. 73-93
